

## **ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA DESIGUALDADE DA RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* DO PARANÁ, 2004 – 2012**

Flávio Braga de Almeida Gabriel  
Carlos Roberto Ferreira  
João Ferreira da Luz  
Paulo Henrique de Cezaro Eberhardt

### **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo analisar a distribuição da renda domiciliar *per capita* no Paraná de 2004 a 2012, tendo como comparativos os resultados encontrados para a Região Sul e para o Brasil. A metodologia utiliza o cálculo do índice de Gini e sua decomposição em dez parcelas mutuamente exclusivas da renda, além da avaliação do grau de concentração dessas parcelas. Como base de dados foi utilizada os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o período analisado. Como resultados, o Paraná apresentou a mesma tendência de queda do índice de Gini da Região Sul e do Brasil. Porém, para o último ano de análise (2012) o Paraná apresentou leve aumento do índice em relação a 2011, influenciado, principalmente pelas parcelas da renda relativas ao mercado de trabalho. A parcela da renda, onde se insere os rendimentos provenientes do Bolsa Família, apresentou redução da concentração maior no Paraná frente a Região Sul e Brasil.

**Palavras-chave:** Distribuição de renda, Paraná, Decomposição do Índice de Gini.

### **ABSTRACT**

This paper aims at analyzing the distribution of household income per capita in Paraná 2004-2012 having the comparative results for the South Region and Brazil. To achieve these goals we used as a methodology, the calculation of the Gini index, besides the decomposition of the Gini index considering income shares. As database were used microdata from the National Household Sample Survey (PNAD) for the period. As a result, the Paraná same trend of falling indices calculated, which were in the South and Brazil. However, in Paraná, for the last year of analysis (2012), showed a slight increase in rate compared to 2011, mainly influenced by installments of income relating to the labor market. The share of income, which includes income from the Bolsa Família, showed greater reduction in Paraná front and Southern Brazil.

**Key Words:** Income distribution, Paraná, decomposition of the Gini index.

### **1 INTRODUÇÃO**

O comportamento da desigualdade da renda no Brasil é tema tratado, com base de dados confiáveis, desde 1971, quando Hoffmann (1971) calculou o índice de Gini considerando a distribuição da renda entre os indivíduos que declararam renda não-nula (ativos e inativos), para o Brasil no ano de 1960. Duarte (1971) fez o mesmo cálculo para 1970. Ambos utilizaram os dados dos Censos dos respectivos anos. Juntos, Hoffmann e Duarte (1972) fizeram avaliação da evolução da desigualdade da renda entre 1960 e 1970 e mostraram que o valor do índice de Gini aumentou de 0,49 para 0,57. Fishlow

(1972), analisando dados da distribuição da renda entre a população economicamente ativa, incluindo os que declararam renda nula para os anos de 1960 e 1970, também concluiu que ocorreu forte aumento da concentração de renda, com o índice de Gini passando de 0,59, em 1960 para 0,63, em 1970.

Simonsen (1972) criticou veementemente os trabalhos feitos por Hoffmann e Duarte (1972) e por Fishlow (1972), alegando que “o debate sobre o aumento da concentração de renda de 1960 para 1970 só pode ser sustentado com uma boa dose de leviandade estatística” (Simonsen, 1972, p.50). Entretanto, Langoni (1973), considerando a população economicamente ativa, exclusive os sem rendimentos, veio firmar consenso sobre o aumento da desigualdade da renda para o período em questão. Segundo o autor, o valor do índice de Gini passou de 0,50 em 1960 para 0,57 em 1970.

Embora não houvesse, entre os autores, consenso sobre as causas do aumento da desigualdade, como apontou o trabalho de Hoffmann (1973), o ponto comum entre eles era que tal aumento foi expressivo.

Pesquisas sobre distribuição de renda *per capita* para as décadas de 1980 e 1990 podem ser encontradas nos trabalhos de Hoffmann e Kageyama (1986), Hoffmann (1989), Ramos (1993), Barros e Mendonça (1995), Ferreira e Litchfield (1996 e 1999), Hoffmann (2003) e Maia (2010). Cabe ressaltar que tais trabalhos não encontraram, à época, situação animadora para a distribuição de renda, no que tange à redução da concentração.

A partir de 2001, segundo IPEA (2006), o Brasil apresentou queda na desigualdade da distribuição da Renda Domiciliar *per capita* (RDPC). Trabalhos recentes, como Hoffmann (2011 e 2013), também constataram essa queda. Todavia, quando da análise regionalizada do tema, encontram-se comportamentos diferentes para a desigualdade da distribuição da RDPC, conforme apontou Almeida Gabriel (2014).

No Paraná existem poucos trabalhos que tratam do assunto, entre eles, encontram-se os de Ferreira e Souza (2006 e 2007); Baptistella *et al.* (2007 e 2009); Souza e Ferreira (2007 e 2012), Almeida Gabriel (2010), Almeida Gabriel e Ferreira (2011 e 2012). De acordo com esses trabalhos, assim como houve no Brasil, a desigualdade da RDPC do Paraná apresentou queda sistemática a partir de 2001. No presente trabalho, busca-se apresentar, além dos valores calculados do índice de Gini, a decomposição do índice em 10 parcelas da renda e a mensuração do grau de concentração dessas parcelas.

O que justifica a presente pesquisa é a possibilidade de visualização

crítica dos fatores que contribuíram para a formação e desigualdade da RDPC, de 2004 a 2012, no Paraná. Assim, este trabalho busca responder, tendo por base de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do período, as seguintes questões: (1) Como se comportou a desigualdade da distribuição da renda domiciliar *per capita* no Paraná no período recente? (2) Quais as causas imediatas da evolução da desigualdade da RDPC para esse Estado?

O objetivo deste trabalho é o de avaliar o comportamento da distribuição de renda no Paraná de 2004 a 2012. Para atingir esse objetivo, foram utilizados, como base de dados, os microdados da PNAD para o período analisado. Embora essa base de dados tenha algumas restrições, como foi assinalado por Hoffmann (1988 e 2000), há de se reconhecer que é a que apresenta maior sequência de anos com informações sobre a RDPC e que se trata de dados fornecidos por uma fonte confiável, o IBGE. Como metodologia, optou-se por calcular o índice de Gini e sua decomposição considerando parcelas da renda. Como parâmetro será feita comparação dos resultados do Paraná com os do Brasil e os da Região Sul.

O trabalho está dividido em cinco partes, incluindo a introdução. Na segunda são apresentadas algumas considerações sobre a distribuição de renda com enfoque no período posterior a 2001. A terceira apresenta a base de dados e as medidas de desigualdade utilizadas no trabalho, bem como a decomposição do índice de Gini para a RDPC. Os resultados encontrados para as medidas de desigualdade para o Paraná e sua decomposição conforme parcelas da renda estão na quarta parte, bem como as causas imediatas da distribuição da RDPC do Paraná. Na última, são apresentadas as considerações finais.

## **2. CONSIDERAÇÕES SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL**

De acordo com IPEA (2006), a partir de 2001, a desigualdade da RDPC, medida pelo índice de Gini, caiu de forma contínua e substancial no Brasil. Passou de 0,593 em 2001 para 0,569 em 2004. De acordo com a pesquisa, essa queda foi atribuída a cinco determinantes imediatos da RDPC: (I) características demográficas das famílias; (II) transferências de renda; (III) remuneração de ativos; (IV) acesso a trabalho, desemprego e participação no mercado de trabalho; e (V) distribuição dos rendimentos do trabalho.

Hoffmann e Ney (2008), embora tivessem como objetivo principal de seu

artigo discutir as principais restrições dos dados da PNAD, Censo Demográfico e do Sistema de Contas Nacionais para os estudos da desigualdade da distribuição da renda no Brasil, com o intuito de analisar até que ponto tais restrições podiam afetar o diagnóstico da evolução da desigualdade da renda, apresentaram também resultados relacionados à desigualdade da RDPC. Segundo os autores, houve redução da desigualdade no período de análise (2001-2006), quando o índice de Gini passou de 0,594 para 0,559. Para os autores, essa queda foi motivada pela diminuição da razão de concentração da renda de diversos componentes da renda, principalmente da renda do trabalho dos empregados, da renda de “juros e Bolsa Família” e de aposentadorias e pensões.

O IPEA (2010) analisou a distribuição da renda de 1995 a 2009, tendo como base de dados as PNADs. Porém, sua ênfase foi para o último ano da pesquisa. O trabalho privilegiou três aspectos, complementares entre si. O primeiro foi a análise e decomposição por fatores da queda da desigualdade de 1995 a 2009. O segundo foi a queda da pobreza em 2009. O terceiro foi a análise do crescimento da renda por vigésimo de sua distribuição. Como resultado mostrou que a desigualdade na distribuição da renda caiu no período pós-2001, porém o ano de 2009 teve um ritmo de queda um pouco menor que nos anos anteriores. Segundo a pesquisa supracitada, essa diminuição do ritmo não foi preocupante e nem indicava o início de uma tendência de menor redução da desigualdade. O artigo do IPEA (2010) atribuiu a redução do ritmo de queda da desigualdade da renda ao mercado de trabalho, negativamente impactado pela crise financeira de 2008. Entretanto, as medidas governamentais de combate aos efeitos da crise, como o aumento do salário mínimo, mitigaram parte dos efeitos negativos do mercado de trabalho.

No trabalho de Barros e Mendonça (2010) foi analisada a evolução da desigualdade da renda no Brasil até 2007, tendo como temas principais de estudo as mudanças nas transferências de renda do governo, mudanças nos diferenciais de salário por nível de escolaridade, mudanças no mercado de trabalho e as mudanças no salário mínimo. Segundo os autores, a desigualdade de renda no Brasil foi objeto de um grande número de estudos há mais de quatro décadas. Tais estudos haviam demonstrado que o Brasil apresentava um alto e persistente nível de desigualdade. Porém, a partir de 2001 o país experimentou um declínio acentuado e contínuo da desigualdade de renda. O índice de Gini declinou a uma taxa média de 1,2% ao ano.

Ainda de acordo com Barros e Mendonça (2010), apesar da forte queda na desigualdade, o Brasil ainda tinha um nível de desigualdade de renda bem acima da

média mundial. Os autores consideraram, à época, que as recentes reduções da desigualdade da renda no Brasil permaneceram limitadas, isso porque o sucesso do país em reduzir a desigualdade da renda foi o resultado de uma política social que tinha sérias inconsistências, somadas a um mercado com falhas. Alegam, ainda, que existia muito espaço para melhorar a concepção da política social e o funcionamento dos mercados no Brasil e, portanto, muitas oportunidades para reduzir ainda mais a desigualdade e a pobreza.

Hoffmann (2011) analisou a evolução da distribuição da renda no Brasil no período de 1992 a 2008. O autor utilizou como metodologia, entre outras, a decomposição do índice de Gini conforme parcelas da renda, mensurou o grau de progressividade dos componentes do rendimento e seu efeito sobre a distribuição de renda de 1995 a 2008. Analisou, ainda, os fatores determinantes das mudanças na desigualdade de renda entre as pessoas ocupadas. Como resultado, apontou que, de acordo com os dados disponíveis, houve um declínio sistemático da desigualdade da distribuição da RDPC a partir de 2001, conforme Tabela 1. Assinalou ainda, que a desigualdade na distribuição dos rendimentos do trabalho entre pessoas ocupadas apresentou tendência de declínio desde 1993.

Tabela 1 - Medidas de desigualdade na RDPC no Brasil, 2001-2008: Índices de: Gini (G), Theil-T (T), Mehran (M), Piesch (P); percentual de renda apropriada pelos 10% mais ricos (10 +), 5% mais ricos (5 +), 1% mais rico (1 +) e os 50% mais pobres (50 -)

Ano	G	T	M	P	10+	5+	1+	50-
2001	0,594	0,720	0,726	0,528	47,2	33,8	13,8	12,7
2002	0,587	0,705	0,718	0,522	46,8	33,5	13,4	13,1
2003	0,581	0,680	0,713	0,515	46,0	32,7	13,0	13,3
2004	0,569	0,656	0,700	0,503	45,0	31,9	12,8	14,0
2005	0,566	0,651	0,697	0,501	45,0	32,0	12,9	14,2
2006	0,560	0,635	0,690	0,495	44,5	31,6	12,6	14,6
2007	0,552	0,615	0,684	0,486	43,6	30,8	12,3	14,9
2008	0,544	0,601	0,675	0,479	43,0	30,4	12,2	15,4

Fonte: Hoffmann (2011).

Ainda segundo o autor, a importância relativa dos fatores que afetam a distribuição de renda no Brasil variou de acordo com o período examinado. Porém, como conclusão, apontou os principais fatores para a diminuição da concentração de renda:

1- Os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o BPC foram cruciais. Sua contribuição para a queda da desigualdade da renda no período 1998-2008 foi em torno de 21%. No entanto, o impacto do programa de transferência de renda Bolsa Família tem especial relevância, dada sua pequena participação no total dos rendimentos.

2- Mais de 50% da redução da desigualdade está associada a ganhos obtidos no mercado de trabalho. Eles são a consequência de mudanças na



taxa de retorno à escolaridade, combinadas com mudanças no nível e na distribuição de escolaridade. Entretanto, a influência do aumento do salário mínimo real, a partir de 1996, não deve ser esquecida.

3- De acordo com os dados da PNAD, as pensões e aposentadorias oficiais são um componente regressivo da renda familiar *per capita* desde 1999, dado que, desde então, a sua razão de concentração manteve-se ligeiramente mais elevada do que o índice de Gini. No entanto, graças ao aumento mais rápido do piso desses benefícios, que seguem, legalmente, o reajuste do salário mínimo, houve contribuição de 9% para a redução da desigualdade geral no período 1998-2008.

4- As alterações na quantidade e nível de renda dos servidores públicos estatutários contribuíram para aumentar o índice de Gini. Este efeito se tornou ainda mais forte no período 2003-2008. (HOFFMANN, 2011, p. 215, tradução própria).

Hoffmann (2013) analisou o papel desempenhado por algumas parcelas da RDPC no processo de redução da desigualdade da distribuição da renda no Brasil de 1995 a 2011. Para atingir este objetivo, o trabalho utilizou dados da PNAD. O autor deu destaque à parcela onde se insere o Programa Bolsa Família, por ela ser especialmente progressiva. Ressalta, porém, que essa parcela sofre influência de outros componentes.

Infelizmente, as transferências federais estão incluídas na última pergunta do questionário, destinada a captar o valor recebido como “juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais ou outros rendimentos”. Trata-se de uma mistura de rendas regressivas (como juros e dividendos) e progressivas (como Bolsa Família e BPC). (HOFFMANN, 2013, p. 201).

Como resultado, o trabalho mostrou a continuidade na redução do índice de Gini em 2011, em comparação aos anos anteriores. O índice passou de 0,543, em 2008, para 0,527, em 2011. Na Tabela 2 são apresentadas as parcelas que mais contribuíram para a queda do índice de Gini de 2001 a 2011 e suas respectivas participações percentuais nessa queda.

Tabela 2 - Parcelas que mais contribuíram para a queda do índice de Gini e sua participação percentual na queda, de 2001 a 2011

PARCELAS	Participação % na queda
EMP. Rendimento de Todos os Trabalhos de Empregados do Setor Privado	41,5
AP1. Rendimento de Aposentadorias e Pensões pagas pelo Sistema de Previdência “Oficial” (do INSS ou do Regime Especial para Funcionários Públicos);	18,6
PAT. Rendimento de todos os Trabalhos de Empregadores	16,7

---

JUR1. Estimativa do Rendimento de Transferências do Governo Federal, incluindo Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC) 16,1

---

Fonte: Hoffmann (2013).

A contribuição da parcela JUR1, com 16,1% na redução do índice de Gini de 2001 a 2011, pode ser considerada como fato “extraordinário”, dada sua participação média na renda total declarada ser inferior a 1%. “Isso está associado à grande progressividade das transferências federais, particularmente as do Programa Bolsa Família”, (HOFFMANN, 2013, p. 215).

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Decomposição do índice de Gini e a medida da progressividade de uma parcela da renda

A metodologia de decomposição do índice de Gini, apresentada nesse trabalho, fundamenta-se em Pyatt *et al.* (1980), sendo base também de trabalhos sequentes a este, tal qual Ercelawn (1984), Mariano e Lima (1998), Neder (2001), Hoffmann (2002, 2005 e 2009), Ferreira (2003), Ferreira *et al.* (2009 e 2010) e Santos (2009). Neste trabalho a divisão da renda domiciliar será feita em dez parcelas, que são:

- 1 - Renda do trabalho de Empregados do Setor Privado;
- 2 - Renda do trabalho de Militar e Funcionário Público Estatutário;
- 3 - Renda do trabalho de Conta Própria;
- 4 - Renda do trabalho de Empregadores;
- 5 - Aposentadorias e pensões “oficiais” de até 1 salário mínimo<sup>1</sup>;
- 6 - Aposentadorias e pensões “oficiais” acima de 1 salário mínimo;
- 7 - Outras aposentadorias e pensões;
- 8 - Doações feitas por pessoas de outros domicílios;
- 9 - Rendimentos de aluguel;

10 - Outros Rendimentos: Juros, dividendos, transferências de programas oficiais como o Bolsa Família ou Renda Mínima;

O rendimento do trabalho, que é constituído pelos pagamentos brutos obtidos de todas as atividades das pessoas de 10 anos ou mais de idade, está dividido em quatro tipos, conforme a natureza do trabalho principal da pessoa, correspondendo às

---

<sup>1</sup> Calcula-se que um rendimento  $x$  é “menor ou igual ao salário mínimo” quando  $x < M$  com  $M$  sendo o valor arredondado para o inteiro mais próximo de 1,095 vezes o salário mínimo corrente. Assim, em 2012 o valor de  $M$  é  $1,095 \times R\$622 = R\$681$ .

parcelas 1, 2, 3 e 4.

Os rendimentos de aposentadorias e pensões são pagamentos feitos pelo governo federal ou por instituto de previdência federal, estadual ou municipal, além de entidades seguradoras ou fundos de pensão. Neste trabalho, foi dividido em três tipos, sendo representados pelas parcelas 5, 6 e 7.

Os rendimentos de doações são os provenientes de pessoa não moradora na unidade domiciliar, representados pela parcela 8.

Os rendimentos de aluguel incluem sublocação e arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos, animais, etc, representados pela parcela 9.

Os “outros rendimentos” constituem uma mistura heterogênea, captada por meio da última pergunta sobre rendimento no questionário da PNAD. Aí estão juros decorrentes de aplicações em ativos financeiros de renda fixa ou caderneta de poupança e também os pagamentos dos programas governamentais de assistência, podendo ser programa oficial de auxílio educacional (como o Bolsa-Escola) ou social (Renda Mínima, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada - BPC-LOAS, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e outros), representados pela parcela 10.

A seguir é exposta a decomposição estática do índice de Gini conforme parcelas da renda, de acordo com Hoffmann (2009, p. 214-217).

Pode-se demonstrar que o índice de Gini pode ser representado por:

$$G = \frac{2}{n\mu} \text{cov}(i, x_i) \quad (1)$$

Considere-se, em seguida, que a renda  $x_i$  é formada por  $k$  parcelas, de maneira que

$$x_i = \sum_{h=1}^k x_{hi} \quad (2)$$

onde  $x_{hi}$  representa o valor da  $h$ -ésima parcela da renda da  $i$ -ésima pessoa.

A média da  $h$ -ésima parcela é

$$\mu_h = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n x_{hi} \quad (3)$$

e a proporção acumulada do total dessa parcela até a  $i$ -ésima pessoa na série (1) é

$$\Phi_{hi} = \frac{1}{n\mu_h} \sum_{j=1}^i x_{hj} \quad (4)$$



Analogamente à definição da curva de Lorenz, denomina-se curva de concentração da  $h$ -ésima parcela à curva que mostra como  $\Phi_{hi}$  varia em função de  $p_i$ . Cabe ressaltar que na construção da curva de concentração de  $x_{hi}$  é utilizada a ordenação dos  $x_i$  (e não a ordenação dos  $x_{hi}$ , que pode ser diferente).

Admitindo que  $x_{hi} \geq 0$  e sendo  $\beta_h$  a área entre a curva de concentração de  $x_{hi}$  e o eixo das abscissas ( $p_i$ ), a respectiva razão de concentração é definida como

$$C_h = 1 - 2\beta_h \quad (5)$$

Analogamente à (1), pode-se demonstrar que

$$C_h = \frac{2}{n\mu_h} \text{cov}(i, x_{hi}) \quad (6)$$

Verifica-se que  $-1 + \frac{1}{n} \leq C_h \leq 1 - \frac{1}{n}$ .

A participação da  $h$ -ésima parcela na renda total é

$$\varphi_h = \frac{\sum_{i=1}^n x_{hi}}{\sum_{i=1}^n x_i} = \frac{\mu_h}{\mu} \quad (7)$$

Pode-se demonstrar que o índice de Gini é a seguinte média ponderada das razões de concentração:

$$G = \sum_{h=1}^k \varphi_h C_h \quad (8)$$

Como  $\sum \varphi_h = 1$ , pode-se escrever

$$G = G - \sum_{h=1}^k \varphi_h (G - C_h) \quad (9)$$

Com  $\varphi_h > 0$ , o sinal de  $G - C_h$  é que determina se a parcela contribui para reduzir ou aumentar o valor do índice de Gini. Se  $C_h < G$  a parcela  $x_{hi}$  está contribuindo para reduzir o índice de Gini. Se  $C_h > G$ , a parcela  $x_{hi}$  está contribuindo para aumentar o índice de Gini.

Para uma parcela  $x_{hi} \geq 0$  da renda  $x_i$ , define-se a medida de progressividade de Lerman-Yitzhaki como

$$\pi_h = G - C_h \quad (10)$$

Um tributo ( $t_i$ ) pode ser considerado uma parcela negativa da renda final, isto é,

$$t_i = -x_{hi} \quad (11)$$

A curva de concentração do tributo é construída usando os valores de  $t_i$  e a respectiva razão de concentração pode ser obtida por meio de (5) ou (6). Note-se que nesta última expressão a troca de sinal de  $x_{hi}$  não afeta o resultado, pois ocorre troca do sinal da covariância e de  $\mu_h$ .

De acordo com (9), um tributo contribui para reduzir a desigualdade se  $C_h > G$ , pois o respectivo  $\varphi_h$  será negativo. Então, para incluir o caso dos tributos, a medida de progressividade de Lerman-Yitzhaki deve ser definida como

$$\pi_h = (\text{ sinal de } \varphi_h)(G - C_h) \quad (12)$$

O nome dado a essa medida de progressividade é um reconhecimento do pioneirismo de Lerman e Yitzhaki (1985 e 1995), que ressaltaram a importância de considerar a ordenação das rendas finais e demonstraram que, dado um pequeno acréscimo proporcional em  $x_{hi}$ , isto é, multiplicando  $x_{hi}$  por  $1 + \theta$ , com  $\theta$  arbitrariamente pequeno, a variação  $\Delta G$  causada no índice de Gini é tal que

$$\lim_{\theta \rightarrow 0} \frac{\Delta G}{\theta} = \varphi_h (C_h - G) = -\pi_h |\varphi_h| \quad (13)$$

com  $|\varphi_h|$  indicando o valor absoluto de  $\varphi_h$ .

Essa expressão mostra que a elasticidade de  $G$  em relação a  $x_{hi}$  é

$$\varphi_h \left( \frac{C_h}{G} - 1 \right) = -\frac{\pi_h |\varphi_h|}{G} \quad (14)$$

As expressões (13) e (14) mostram como o efeito de um pequeno acréscimo proporcional na parcela  $x_{hi}$  sobre o índice de Gini depende do grau de progressividade da parcela e do valor absoluto da sua participação na renda total. Na realidade, são esses resultados que justificam considerar a expressão (12) como uma medida apropriada da progressividade da parcela  $x_{hi}$ .

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 Participação das parcelas na formação da RDPC para o Paraná, Região Sul e Brasil de 2004 a 2012

As tabelas seguintes mostram a participação percentual dos componentes da RDPC para sua formação no Paraná (Tabela 3), Região Sul (Tabela 4) e no Brasil (Tabela 5) no período de 2004 a 2012.

Tabela 3 - Participação percentual dos componentes da RDPC na formação da renda do Paraná, de 2004 a 2012

Ano	Parcelas										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
2004	37,45	7,88	17,36	16,99	4,02	9,79	1,41	0,75	2,16	2,20	100,0
2005	38,41	8,31	16,43	15,32	4,67	10,40	1,69	0,81	2,37	1,58	100,0
2006	37,92	9,59	15,58	15,30	4,73	10,39	1,31	0,80	2,12	2,26	100,0
2007	37,81	9,45	17,85	13,66	4,72	9,67	1,85	0,64	2,81	1,52	100,0
2008	40,67	9,92	14,99	13,91	5,09	10,01	1,41	0,38	2,38	1,26	100,0
2009	41,97	10,13	14,45	12,92	5,84	9,87	1,23	0,35	2,07	1,18	100,0
2011	42,03	9,63	16,73	11,46	5,88	9,71	1,13	0,30	1,63	1,50	100,0
2012	42,77	9,37	16,74	11,43	5,63	9,45	0,83	0,26	2,05	1,47	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2004 a 2012.

1 – Empregados do Setor Privado; 2 – Militar e Funcionário Público; 3 – Conta Própria; 4 – Empregadores; 5 – Aposen. e pensões (até 1 SM); 6 – Aposen. e pensões, (acima de 1 SM); 7 – Outras aposen. e pensões; 8 – Doações; 9 – Aluguel; 10 – Outros Rendimentos.

Tabela 4 - Participação percentual dos componentes da RDPC na formação da renda da Região Sul, de 2004 a 2012

Ano	Parcelas										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
2004	37,38	8,33	17,42	13,82	4,30	12,89	1,51	0,59	2,15	1,61	100,0
2005	38,33	8,56	16,36	13,06	4,87	13,02	1,63	0,60	1,98	1,59	100,0
2006	37,05	8,99	16,01	13,88	5,29	12,46	1,44	0,70	2,13	2,05	100,0
2007	38,78	8,95	17,18	11,89	5,40	12,39	1,38	0,53	2,10	1,40	100,0
2008	39,21	9,59	14,95	12,63	5,55	12,67	1,34	0,34	2,32	1,41	100,0
2009	39,32	9,20	14,79	13,45	5,98	12,57	1,21	0,39	1,93	1,17	100,0
2011	41,33	9,48	16,40	10,26	6,14	12,32	1,20	0,22	1,26	1,37	100,0
2012	40,62	8,87	17,07	10,48	6,74	11,96	1,08	0,24	1,46	1,48	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2004 a 2012.

1 – Empregados do Setor Privado; 2 – Militar e Funcionário Público; 3 – Conta Própria; 4 – Empregadores; 5 – Aposen. e pensões (até 1 SM); 6 – Aposen. e pensões, (acima de 1 SM); 7 – Outras aposen. e pensões; 8 – Doações; 9 – Aluguel; 10 – Outros Rendimentos.

Tabela 5 - Participação percentual dos componentes da RDPC na formação da renda do Brasil, de 2004 a 2012

Ano	Parcelas										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
2004	39,66	10,10	15,46	11,21	4,67	13,37	1,46	0,73	1,73	1,61	100,0
2005	40,06	9,83	14,75	11,33	5,01	13,11	1,61	0,71	1,81	1,78	100,0
2006	39,21	10,65	14,17	11,91	5,28	12,65	1,51	0,71	1,73	2,18	100,0
2007	40,48	10,89	15,57	10,06	5,57	12,36	1,44	0,55	1,48	1,60	100,0
2008	41,08	10,90	13,67	10,93	5,64	12,51	1,29	0,50	1,68	1,81	100,0
2009	40,81	11,25	13,54	10,62	6,12	12,63	1,31	0,44	1,55	1,72	100,0
2011	42,71	10,91	15,45	8,27	6,31	11,85	1,21	0,26	1,08	1,96	100,0
2012	41,87	10,51	15,33	9,32	6,63	11,24	1,14	0,27	1,25	2,44	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2004 a 2012.

1 – Empregados do Setor Privado; 2 – Militar e Funcionário Público; 3 – Conta Própria; 4 – Empregadores; 5 – Aposen. e pensões (até 1 SM); 6 – Aposen. e pensões, (acima de 1 SM); 7 – Outras aposen. e pensões; 8 – Doações; 9 – Aluguel; 10 – Outros Rendimentos.

A participação da parcela 1 na formação da RDPC (remuneração de empregados do setor privado), para o Paraná, Região Sul e Brasil, foi claramente a maior, comparando-a com as demais parcelas. Em 2012, ela foi responsável por 42,77% da RDPC do Paraná, 40,62 da Região Sul e 41,87% do Brasil.

Comparando o Paraná e Região Sul com o Brasil, observa-se que a importância da parcela 2 na formação da RDPC foi um pouco maior para o Brasil. Em 2012 a participação dessa parcela na renda total foi de 10,51% no Brasil, 8,87% na Região Sul e 9,37% no Paraná. Já para a Parcela 4 (rendimento dos empregadores), os percentuais de participação na formação da renda foram, praticamente iguais na Região Sul e no Paraná em 2011 e 2012, embora apresentassem maiores variações em anos anteriores, quando, em 2004 17,0% da RDPC do Paraná era proveniente dessa fonte.

Analisando as parcelas da RDPC correspondentes aos rendimentos de aposentadorias e pensões (parcelas 5, 6 e 7), percebe-se que a participação da Parcela 5 na formação da renda total do Paraná, da Região Sul e a do Brasil foi semelhante, em torno de 5,8%. Quando da análise da Parcela 6 (aposentadorias e pensões acima de 1 salário mínimo), o Paraná se mostrou com menor dependência dessa fonte de renda em comparação com os demais, embora com valores próximos entre eles. Somando as participações das parcelas 5, 6 e 7, as aposentadorias e pensões foram responsáveis por 15,9% na formação da RDPC do Paraná, enquanto que para o Brasil esse valor foi de 19,0% e para a Região Sul foi de 19,8%.

As Parcelas 8, 9 e 10 têm participação pequena na formação da RDPC.

Todavia, a última delas merece atenção. A Parcela 10, conforme apresentado na metodologia do trabalho, é uma mescla de várias rendas. Dela fazem parte rendimentos regressivos, como os Juros e os Dividendos, e rendimentos progressivos provenientes dos programas sociais governamentais (Bolsa-Escola, Renda Mínima, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada - BPC-LOAS, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e outros). Porém, como apontado por Hoffmann (2013), os rendimentos progressivos se tornaram predominantes nessa fonte de renda.

#### 4.2 Índice de Gini e sua decomposição em 10 parcelas da RDPC para o Paraná, Região Sul e Brasil de 2004 a 2012

Neste tópico são apresentados os valores encontrados para o índice de Gini e sua decomposição em 10 parcelas da renda com objetivo de mensurar a desigualdade da RDPC do Paraná comparando-a com a da Região Sul e a do Brasil a partir de 2004. Aqui, busca-se encontrar similaridades ou disparidades no comportamento dos índices entre as regiões analisadas, tendo como foco o Paraná.

As Tabelas 6, 7 e 8 apresentam os resultados encontrados para o índice de Gini e a razão de concentração de cada parcela da RDPC do Paraná, Região Sul e Brasil, respectivamente, de 2004 a 2012. Nelas observa-se que, para todos, em todo período analisado, houve tendência de queda nos índices calculados. O índice de Gini do Brasil passou de 0,570, em 2004, para 0,528, em 2012. Essa tendência de queda também foi encontrada nos resultados de outros trabalhos sobre o tema, tais como: Hoffmann e Ney (2008), IPEA (2010), Barros e Mendonça (2010) e Hoffmann (2011 e 2013). Todavia, o que chama atenção, além de todos terem apresentado queda nos índices calculados da RDPC, foi o fato de o Paraná apresentar a maior queda em comparação com a Região Sul e com o Brasil. Enquanto que o Brasil teve queda do índice em 0,042 e a Região Sul de 0,054, a queda do índice de Gini do Paraná foi de 0,065. Os valores do índice, nesse estado, passou de 0,543, em 2004, para 0,478, em 2012.

Tabela 6: Índice de Gini e Razão de concentração das parcelas da renda domiciliar *per capita*. Paraná, de 2004 a 2012.

Ano	Parcelas										Gini Paraná
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
2004	0,378	0,707	0,511	0,866	0,042	0,706	0,513	0,542	0,756	0,522	0,543
2005	0,398	0,703	0,468	0,862	0,084	0,695	0,623	0,531	0,749	0,367	0,535
2006	0,356	0,723	0,452	0,846	0,109	0,697	0,476	0,465	0,741	0,353	0,515
2007	0,365	0,687	0,528	0,834	0,074	0,673	0,583	0,569	0,817	0,330	0,522



2008	0,342	0,728	0,480	0,807	0,061	0,693	0,477	0,575	0,759	0,098	0,496
2009	0,367	0,739	0,439	0,810	0,092	0,675	0,469	0,383	0,734	0,156	0,493
2011	0,314	0,708	0,491	0,828	0,064	0,670	0,420	0,458	0,774	0,118	0,467
2012	0,341	0,716	0,509	0,826	0,060	0,637	0,323	0,304	0,843	0,111	0,478

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2004 a 2012.

1 – Empregados do Setor Privado; 2 – Militar e Funcionário Público; 3 – Conta Própria; 4 – Empregadores; 5 – Aposen. e pensões (até 1 SM); 6 – Aposen. e pensões, (acima de 1 SM); 7 – Outras aposen. e pensões; 8 – Doações; 9 – Aluguel; 10 – Outros Rendimentos.

Tabela 7: Índice de Gini e Razão de concentração das parcelas da renda domiciliar *per capita*. Região Sul, de 2004 a 2012.

Ano	Parcelas										Gini Sul
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
2004	0,374	0,695	0,464	0,823	0,076	0,694	0,510	0,525	0,754	0,401	0,519
2005	0,382	0,697	0,452	0,819	0,086	0,682	0,569	0,513	0,727	0,350	0,512
2006	0,357	0,709	0,442	0,820	0,112	0,676	0,498	0,459	0,750	0,303	0,503
2007	0,364	0,689	0,482	0,820	0,099	0,671	0,489	0,534	0,787	0,275	0,502
2008	0,349	0,709	0,450	0,797	0,095	0,676	0,405	0,451	0,786	0,159	0,491
2009	0,348	0,703	0,436	0,804	0,112	0,675	0,384	0,475	0,729	0,095	0,487
2011	0,331	0,726	0,469	0,816	0,080	0,651	0,408	0,352	0,748	0,119	0,468
2012	0,322	0,703	0,492	0,817	0,094	0,648	0,379	0,319	0,800	0,104	0,465

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2004 a 2012.

1 – Empregados do Setor Privado; 2 – Militar e Funcionário Público; 3 – Conta Própria; 4 – Empregadores; 5 – Aposen. e pensões (até 1 SM); 6 – Aposen. e pensões, (acima de 1 SM); 7 – Outras aposen. e pensões; 8 – Doações; 9 – Aluguel; 10 – Outros Rendimentos.

Tabela 8: Índice de Gini e Razão de concentração das parcelas da renda domiciliar *per capita*. Brasil, de 2004 a 2012.

Ano	Parcelas										Gini Brasil
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
2004	0,473	0,736	0,495	0,855	0,129	0,763	0,571	0,464	0,789	0,158	0,570
2005	0,473	0,739	0,480	0,852	0,150	0,756	0,618	0,412	0,791	0,233	0,567
2006	0,456	0,748	0,480	0,856	0,168	0,751	0,584	0,445	0,792	0,119	0,561
2007	0,453	0,746	0,512	0,852	0,153	0,752	0,554	0,420	0,791	0,008	0,554
2008	0,443	0,742	0,471	0,837	0,155	0,753	0,495	0,435	0,800	0,009	0,544
2009	0,438	0,746	0,470	0,837	0,170	0,759	0,496	0,391	0,776	-0,106	0,540
2011	0,444	0,748	0,500	0,852	0,146	0,740	0,487	0,368	0,778	-0,086	0,529
2012	0,435	0,732	0,514	0,856	0,158	0,738	0,466	0,324	0,805	0,020	0,528

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2004 a 2012.

1 – Empregados do Setor Privado; 2 – Militar e Funcionário Público; 3 – Conta Própria; 4 – Empregadores; 5 – Aposen. e pensões (até 1 SM); 6 – Aposen. e pensões, (acima de 1 SM); 7 – Outras aposen. e pensões; 8 – Doações; 9 – Aluguel; 10 – Outros Rendimentos.

É importante lembrar que, pelos resultados encontrados para as razões de concentração na decomposição dos índices de Gini (Tabelas 6, 7 e 8), é possível

mensurar o grau de progressividade<sup>2</sup> de Lerman-Yitzhaki para cada parcela da RDPC, o que, por sua vez, permite distinguir qual, entre elas, contribuiu para aumentar ou diminuir a desigualdade da distribuição da RDPC.

A Figura 1 mostra os valores encontrados para o grau de progressividade do índice de Gini para dez parcelas mutuamente exclusivas da RDPC, de 2004 a 2012, para o Paraná, Região Sul e Brasil. As linhas centrais (zero) correspondem ao índice de Gini. As linhas com valores positivos correspondem às parcelas progressivas da RDPC, enquanto que as linhas com valores negativos correspondem às parcelas regressivas.

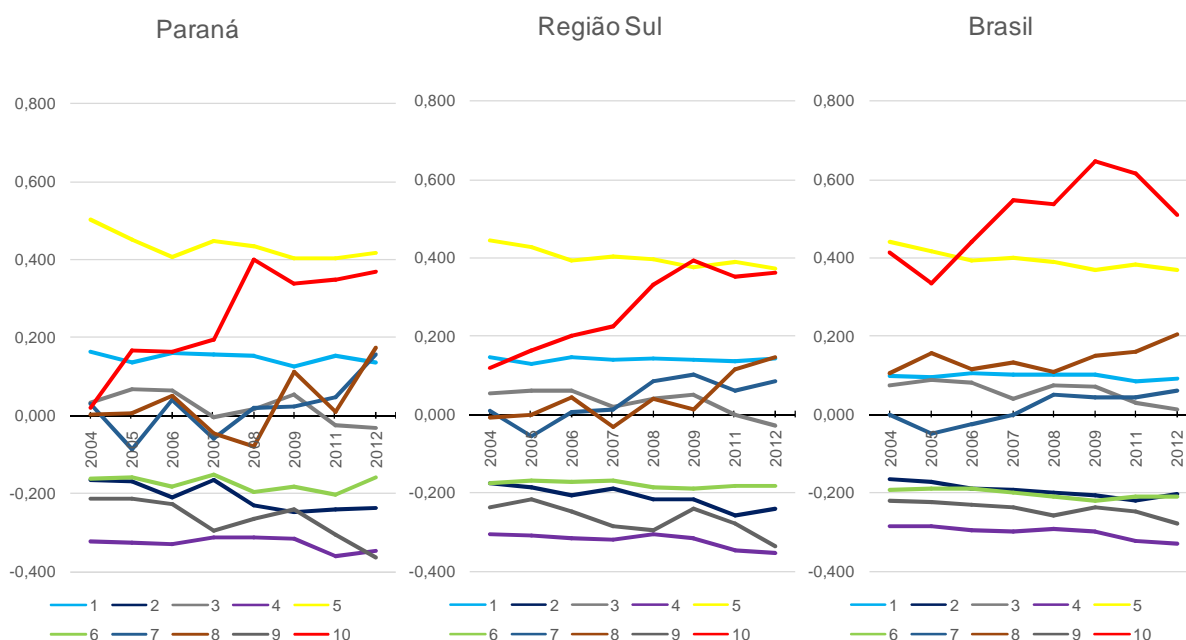


Figura 1 - Grau de Progressividade pela Decomposição do Índice de Gini da RDPC do Paraná, Região Sul e Brasil, de 2004 a 2012

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2004 a 2012.

1 – Empregados do Setor Privado; 2 – Militar e Funcionário Público; 3 – Conta Própria; 4 – Empregadores; 5 – Aposen. e pensões (até 1 SM); 6 – Aposen. e pensões, (acima de 1 SM); 7 – Outras aposen. e pensões; 8 – Doações; 9 – Aluguel; 10 – Outros Rendimentos.

Quando da análise dos componentes da RDPC, feita sua respectiva decomposição pelo índice de Gini, para o Paraná, percebem-se algumas disparidades entre parcelas da renda em comparação com o que houve com a Região Sul e Brasil.

A parcela 1, formada pela renda dos empregados do setor privado, além

<sup>2</sup> O grau de progressividade resume-se à subtração da razão de concentração do índice Gini de cada parcela da RDPC.

de poder ser considerada progressiva<sup>3</sup>, no Paraná, foi a que apresentou menor queda em relação a Região Sul e o Brasil, passou de 0,378, em 2004, para 0,341, em 2012, queda de 0,037, enquanto que a Região Sul e o Brasil, tiveram queda de 0,052 e 0,038, respectivamente. Há de se considerar que essa parcela é a responsável pela maior parte da fonte da RDPC, como pode ser visto em Almeida Gabriel (2010), assim, dado sua progressividade e sua alta representatividade na RDPC, ela pode ser a responsável pela menor queda dos índices do Paraná frente à Região Sul e Brasil.

As parcelas 2, 4, 6 e 9, se mostraram regressivas, por apresentarem valores superiores ao índice de Gini para todos os anos analisados. Tal situação se deu tanto para o Paraná quanto para a Região Sul e o Brasil. Para a parcela 2, esse resultado condiz com o apresentado no trabalho de Daré (2011), onde o autor conclui que os rendimentos oriundos do funcionalismo público, no Brasil, contribuíram para aumentar a concentração da RDPC entre 2003 e 2009.

Interessante perceber que, quando da separação das aposentadorias e pensões em três fontes, as provenientes de até 1 salário mínimo (parcela 5) são altamente progressivas, enquanto que as provenientes de militares e de funcionários públicos estatutários (parcela 6) são altamente regressivas, indo de encontro com o que ocorre com a renda proveniente da parcela 2. Tal situação se dá tanto no Brasil quanto na Região Sul e Paraná.

Almeida Gabriel (2010), ao tratar da contribuição das parcelas formadas pelas aposentadorias e pensões para concentração da RDPC do Paraná, conclui que elas, embora inicialmente lhe parecesse progressiva, se mostrou regressiva em alguns anos de sua análise. Todavia, à época, o autor as tratou de forma agregada. Aqui, fica claro que apenas parte das aposentadorias e pensões pode ser considerada regressiva (as oriundas de militares e de funcionários públicos estatutários).

De todas as parcelas, a 10 foi a que apresentou maior progressividade. Ainda que façam parte dela rendimentos regressivos (juros e dividendos), a alta progressividade dos programas governamentais de transferência de renda, especialmente o Bolsa Família, foi responsável pelos valores encontrados. O Paraná foi o que apresentou maior redução frente os demais. A razão de concentração da parcela 10 que em 2004 foi de 0,522 passou, em 2012, a ser de 0,111, queda de 0,411. Enquanto que para o Brasil a

---

<sup>3</sup> Uma parcela é considerada progressiva quando ela contribui para diminuir a concentração de renda, enquanto que ela será regressiva caso contribua para aumentar a concentração de renda.

queda foi de 0,138 e para a Região Sul foi de 0,297. Tal situação demonstra resultado positivo desse programa social na diminuição da concentração de renda no Paraná, Brasil e Região Sul.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou avaliar o comportamento da distribuição da RDPC no Paraná de 2004 a 2012, tendo como comparativo os resultados encontrados para a Região Sul e Brasil. Assim, apresentou os valores calculados do índice de Gini e sua decomposição em 10 parcelas da renda. Além de uma breve avaliação do grau de concentração dessas parcelas.

O Paraná teve tendência de queda do índice de Gini para todo o período de análise. Resultado parecido ao encontrado para Região Sul e para o Brasil. Todavia, para o último ano (2012) o Paraná apresentou leve aumento do índice em relação a 2011, passou de 0,467 para 0,478, influenciado, principalmente pelas parcelas 1, 2 e 3 da RDPC. Ainda assim, é muito cedo para considerar esse aumento como tendência para os próximos anos.

Dentre as parcelas progressivas, a parcela 1, formada pela renda dos empregados do setor privado, por ser responsável pela maior parte da RDPC (42,8%, em 2012) além de demonstrar forte progressividade, foi a maior responsável pela redução do índice de Gini de 2004 a 2012. Outro ponto interessante, foi que a parcela 10, onde se insere os rendimentos provenientes do Bolsa Família, apresentou redução maior no Paraná frente Região Sul e Brasil.

Entre as parcelas regressivas, a proveniente do rendimento de aposentadorias e pensões acima de 1 salário mínimo (parcela 6) se mostrou altamente regressiva tanto para o Paraná quanto para a Região Sul e para o Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA GABRIEL, F. B. **Equidade no Sistema Previdenciário: Uma Análise das Aposentadorias e Pensões no Paraná 1988 – 2008**. 2010. 80p. Dissertação (Pós-Graduação, Mestrado em Economia Regional). Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

\_\_\_\_\_. **A recente evolução da distribuição da renda na Região Norte do Brasil.** 2014. 102 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014.

ALMEIDA GABRIEL, F. B.; FERREIRA, C. R. **DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL RURAL PÓS-PLANO REAL.** In: 50 CONGRESSO SOBER, 2012, Vitória-ES. Anais, 2012.

ALMEIDA GABRIEL, F. B.; FERREIRA, C. R.; SOUZA, S. C. I. Equidade Previdenciária na área rural do Brasil: 1988 a 2008. *Revista de Economia e Agronegócio*, v. 9, p. 55/2011-77, 2011.

BAPTISTELLA, J. C. F.; SOUZA, S. C. I.; FERREIRA, C. R. Distribuição de renda nas regiões Sul e Sudeste do Brasil: uma análise do trabalho e das aposentadorias e pensões a partir das PNADs. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, v. 7, p. 50-67, 2009.

\_\_\_\_\_. Concentração de renda na região sul e estado do Paraná: a contribuição das aposentadorias e pensões. **Faz Ciência**, v. 9, p. 81-102, 2007.

BARROS, R.; MENDONÇA, R. S. P. **Os determinantes da desigualdade no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 1995. 59 p. (IPEA. Texto para Discussão, 377).

\_\_\_\_\_. **Markets, the State and the Dynamics of Inequality: the Case of Brazil.** New York: UNDP, 2010. 54 p. (Discussion Paper).

DARÉ, E. F. **Desigualdade da Distribuição da Renda no Brasil: contribuição dos Rendimentos do Funcionalismo Público.** 2011. 76 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

DUARTE, J. C. **Aspectos da distribuição da renda no Brasil em 1970.** 1971. 85 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1971.

ERCELAWN, A. Income inequality in rural Pakistan: a study of sample villages. **Pakistan Journal of Applied Economics**, Karachi, v. 3, p. 1-28, 1984.

FERREIRA, C. R. **Participação das aposentadorias e pensões na desigualdade da distribuição de renda do Brasil no período de 1981 a 2001.** 2003. 136 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

FERREIRA, C. R.; ALMEIDA GABRIEL, F. B.; SOUZA, S. C. I.; BAPTISTELLA, J. C. F. Concentração de renda *per capita* no Brasil e Brasil Rural, 1981 a 2006: uma avaliação das aposentadorias e pensões. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre, **Anais**. Brasília: SOBER, 2009. 19 p.

FERREIRA, C. R.; ALMEIDA GABRIEL, F. B.; SOUZA, S. C. I.; CAMARA, M. R. G. Equidade Previdenciária Rural: Uma análise a partir da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010, Campo Grande, **Anais**. Brasília: SOBER, 2010. 20 p.



FERREIRA, F. H. G., LITCHFIELD, J. A. **Growing apart: inequality and poverty trends in Brazil in the 1980s.** London: LSE STICERD DARP, 1996. 44 p. (Discussion Paper, 23).

\_\_\_\_\_. Educacion o inflacion?: explicando la desigualdad en Brasil en La decada de los ochenta. In: CÁRDENAS, M.; LUSTIG, N. (Eds.). **Pobreza y desigualdad en America Latina.** Bogota: Tercer Mundo Editores, 1999. cap. 4., p.85-112.

FERREIRA, C. R.; SOUZA, S. C. I. O comportamento da desigualdade da renda no Paraná de 2001 a 2005: uma análise do rendimento domiciliar *per capita*. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 112, p. 31-45, 2007.

\_\_\_\_\_. Desigualdade da renda e as "aposentadorias e pensões" no Brasil, na Região Sul e no Estado do Paraná. **Semina, Ciências Sociais e Humanas**, v. 27, p. 15-34, 2006.

FISHLOW, A. Brazilian size distribution of income. **American Economic Review**, Pittsburgh, v. 62, n. 2, p. 391-402, 1972.

HOFFMANN, R. A Subdeclaração dos rendimentos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.2, n.1, p.50-54, 1988.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979-99.** Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2000. 24 p. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. Evolução da distribuição da renda no Brasil, entre pessoas e entre famílias, 1979/86. In: SEDLACEK, G. L., BARROS, R. P. **Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea.** Rio de Janeiro: IPEA, 1989. cap. 2, p. 25-53.

\_\_\_\_\_. As transferências não são a causa principal da redução na desigualdade. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 335-341, 2005.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre a evolução recente da distribuição de renda no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.13, n.4, p. 7-17, 1973.

\_\_\_\_\_. Transferências de Renda e Desigualdade, Brasil, 1995-2011. In CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: IPEA, 2013a. cap. 12, p. 207-216.

\_\_\_\_\_. A distribuição da renda no Brasil no período de 1992-2001. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 213-235, jul./dez, 2002.

\_\_\_\_\_. Inequality in Brazil: the contribution of pensions. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 755-773, out./dez, 2003.

\_\_\_\_\_. Desigualdade da distribuição de renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar *per capita*. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 213-231, abr. 2009.

\_\_\_\_\_. The evolution of income distribution in Brazil. In: BAER, W; FLEISCHER, D (Org.). **The Economies of Argentina and Brazil: a comparative perspective.** Cheltenham: Edward Elgar, 2011. cap 11, p. 187-218.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à análise de distribuição da renda e da posse da terra no Brasil.** 1971. 140 p. Tese (Livre-Docência) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1971.

HOFFMANN, R. & KAGEYAMA, A. A distribuição de renda no Brasil, entre famílias entre pessoas, em 1970 e 1980. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v.16, n.1, p. 25-51, 1986.

HOFFMANN, R.; DUARTE, J. C. A distribuição da renda no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 46-66, 1972.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais. **Econômica**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 7-39, jun. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011 e 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil**: nota técnica. Brasília: IPEA, 2006. 60p.

\_\_\_\_\_. **PNAD 2009 – Primeiras Análises**: distribuição de Renda entre 1995 e 2009. Brasília: IPEA, 2010. 22 p. (Comunicado IPEA, 63).

LANGONI, C. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973. 280 p.

LERMAN, R. I.; YITZHAKI, S. Income inequality effects by income source: a new approach and applications to the United States. **The Review of Economics and Statistics**, Cambridge, v. 67, n. 1, p. 151-155, fev. 1985.

LERMAN, R. I.; YITZHAKI, S. Changing ranks and the inequality impacts of taxes and transfers. **National Tax Journal**, Washington, v. 48, n. 1, p. 45-59, mar. 1995.

MAIA, A. G. A contribuição das fontes de rendimento na dinâmica da distribuição espacial de renda no Brasil. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 20 n. 3 p. 461-490, set./dez. 2010.

MARIANO, J. L.; LIMA, R. A desigualdade de renda rural no nordeste: análise da desagregação do coeficiente de Gini e da sensibilidade do índice de bem-estar de Sem. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 16, n. 29, p. 103-118, mar. 1998.

NEDER, H. D. Os efeitos das atividades não-agrícolas na distribuição de renda no meio rural. In CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39., Recife. **Anais...** Brasília: SOBER, 2001. 19 p. 1 CD-ROM.

PYATT, G.; CHEN, C.; FEI, J. The distribution of income by factor components. **The Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 95, n. 3, p. 451-473, nov. 1980.



RAMOS, L. R. A. **A distribuição de rendimentos no Brasil: 1976/85.** Rio de Janeiro: IPEA, 1993. 135 p.

SANTOS, A. A. L. **Desigualdade de Renda no Nordeste Brasileiro no Período Recente, 2001-2007.** 2009. 128 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2009.

SOUZA, S. C. I.; FERREIRA, C. R. Os rendimentos das aposentadorias e pensões e a concentração de renda: o caso do Paraná - 1992 A 2003. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 33, p. 55-82, 2007.

\_\_\_\_\_. Rendimentos do trabalho e de outras rendas e a queda da concentração de renda no Paraná. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 8, p. 81, 2012.

SIMONSEN, M. H. **Brasil 2002.** Rio de Janeiro: APEC-Bloch, 1972. 180 p.